

Tribunais se calam sobre proposta de extinção

Sugestão feita por Antônio Carlos é aceita por integrantes do STF. Garotinho pede revisão dos gastos do Judiciário

• Ana Paula Macedo, Maria Lima e Regina Eleutério

BRASILIA e RIO. As novas críticas feitas pelo presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), à estrutura do Judiciário — que incluíram a proposta de extinção de tribunais civis e militares — chegaram a receber o apoio, ainda que parcial, de integrantes do Supremo Tribunal Federal (STF). A começar pelo presidente do tribunal, ministro Celso de Mello, que, após a cerimônia de reabertura dos trabalhos do Congresso, sem demonstrar constrangimento com o discurso de Antônio Carlos, concordou com o fim da Justiça Militar nos estados. Cauteloso, no caso do Superior Tribunal Militar, o ministro defendeu um amplo debate sobre as suas atribuições.

— Deve-se discutir se o STM deve continuar com as atribuições constitucionais de hoje. Os tempos são outros. É questionável um tribunal só para julgar militares — ponderou o presidente do Supremo.

Celso de Mello, entretanto, preferiu não comentar a outra sugestão de Antônio Carlos, de eliminação de tribunais civis da estrutura do Poder Judiciário. O presidente do Supremo argumentou que preferia conhecer melhor a proposta para ter condições de discutir o assunto. A mesma opinião foi manifestada por outros ministros do tribunal que, como Celso, fizeram coro à ideia de extinção da Justiça Militar.

— Na prática só acarreta ônus — observou um integrante do STF.

Eles admitem, contudo, que é uma proposta difícil de ser implementada, sobretudo por razões históricas. O STM, assinalou um ministro, é o mais antigo tribunal brasileiro, tendo sido criado antes mesmo do Supremo. Para não alimentar a polêmica, a Justiça Militar optou pelo silêncio.

— O tribunal não tem nada a declarar — limitou-se a dizer o assessor de Comunicação Social do STM, Cleber Guimarães.

Sempre alvo de críticas em todas as discussões que envolvem o Judiciário, o Tribunal Superior do Trabalho (TST) ignorou o discurso do presidente do Senado, também adotando o silêncio. O assessor de Comunicação Social, Ary Ribeiro, informou que o presidente do TST, ministro Wagner Pimenta, não faria qualquer pronunciamento até porque o senador Antônio Carlos não fez durante o discurso qualquer referência explícita ao tribunal.

O fato é que com ou sem citação específica, a composição da Justiça do Trabalho sempre é lembrada nas discussões. Na proposta de reforma do Judiciário, por exemplo, um dos itens dispõe sobre o fim da representação classista, que já foi definida pelo presidente do Supremo como "anacronismo histórico". Mas se o projeto passa pela extinção total da Justiça do Trabalho certamente haverá problema.

— A extinção dos classistas é



ANTÔNIO CARLOS, entre Marco Maciel e Celso de Mello, ontem, na reabertura dos trabalhos do Congresso

uma coisa, mas a Justiça do Trabalho já é algo arraigado. Quem absorveria essas funções específicas, a Justiça comum? — indagou um integrante do Supremo.

No Rio de Janeiro, o governador Anthony Garotinho (PDT), defende a necessidade de se fazer uma revisão dos orçamentos dos poderes Judiciário e Legislativo, com o objetivo de enxugar o gas-

to com pessoal — destino final da maior parte das verbas. Dos R\$ 15 bilhões previstos no orçamento do estado para este ano, o Tribunal de Justiça ficará com R\$ 1,19 bilhão; a Assembleia Legislativa receberá R\$ 344,6 milhões e o Tribunal de Contas do Estado, R\$ 241,2 milhões. Somados, os três orçamentos correspondem a 11,9% do total, valor inferior ape-

nas à verba da Secretaria de Educação, que é de R\$ 2 bilhões. A Secretaria de Obras foram destinados R\$ 1,6 bilhão e à Secretaria de Segurança, R\$ 1,4 bilhão.

Segundo o secretário de Administração do Rio, Hugo Leal, o momento é propício para o entendimento:

— É preciso haver um diálogo para que cada área justifique

seus gastos e faça o máximo para reduzi-los — declarou.

Em relação à proposta do senador Antônio Carlos Magalhães, de extinção de tribunais superiores como forma de cortar gastos, o presidente da Assembleia Legislativa, Sérgio Cabral, acredita que há outros caminhos:

— O problema não é a existência de instituições do Poder Judiciário. A questão é como essas instituições gastam o dinheiro público. Na Alerj, por exemplo, havia uma larra com as verbas públicas. Encontramos na Casa salários de R\$ 30 mil. Adotamos o redutor e não aceitamos os recursos — afirmou.

O presidente do Tribunal de Justiça do Rio, Humberto de Mendonça Manes, destacou medidas já adotadas no início deste mês para reduzir gastos, não só com pessoal, mas também com a prestação de serviços. Segundo ele, as medidas representam uma economia de R\$ 20 milhões por ano no orçamento de 99. Entre elas, destacou a redução de tarefas que impliquem pagamento de horas extras, diárias e verbas de representação. Para evitar o pagamento duplo por funções gratificadas, os servidores que ocupam cargos em comissão e funções de confiança só podem tirar férias durante o recesso. Isso porque, quando tiravam férias, o substituto também recebia a gratificação pela função. Em relação à prestação de serviços terceirizados, a meta é reduzir os valores dos contratos em até 25%. ■